

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS



CONTRATO Nº 20140690

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de PARAUPEBAS, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ-MF, Nº 14.562.056/0001-44, denominado daqui por diante de LOCATÁRIO (A), representado neste ato pelo(a) Sr.(a) LEUDICY MARIA DE SOUZA LEÃO, portador do CPF nº 395.518.142-15, residente no MORROS DOS VENTOS, e do outro lado Sr. (a) LIDIA DA COSTA MARINHO, CPF: 739.091.222-72, residente e domiciliado, Parauapebas-PA, de agora em diante denominada LOCADOR(A), neste ato representado pelo(a) Sr(a). LIDIA DA COSTA MARINHO, residente na ENDERECO_CONTRATADO», portador do(a) CPF: 739.091.222-72, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes todos os documentos relacionados na DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 7/2014-006SEMAS, inclusive a proposta apresentada pelo LOCADOR, sujeitando-se LOCATÁRIO e LOCADOR às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCEDIMENTO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO

Parágrafo Único - O presente Contrato obedece aos termos da Proposta de locação, da Justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 36, baseada no art. 24, inciso X, c/c o art. 26 da Lei nº 8.666/93 e aos disposto na Lei nº 8.245 de 18/10/91.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO E SUA FINALIDADE

Parágrafo Único - O presente contrato tem por objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA GIBRALTAR, Nº869 BAIRRO VILA RICA PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR II, NO MUNICIPIO DE PARAUPEBAS, ESTADO DO PARA., conforme especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 36 e a Proposta de fls.12, as quais passam a integrar o presente Termo.

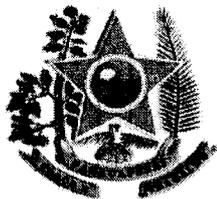
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
109544	LOCAÇÃO IMÓVEL RUA GIBRALTAR, Nº869 BAIRRO VILA RICA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA GIBRALTAR, Nº869 BAIRRO VILA RICA PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR II, NO MUNICIPIO DE PARAUPEBAS, ESTADO DO PARA.	UNIDADE	12,00	4.500,000	54.000,00
VALOR GLOBAL R\$					54.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Único - O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se 26 de Novembro de 2014 e expirando em 26 de Novembro de 2015.

Lidia da Costa Marinho

Morro dos Ventos, Quadra Especial, S/N.
PARAUPEBAS - PA - CEP 68.515-000



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARÁUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁUAPEBAS



CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Parágrafo  nico - O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo o prazo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme o art. 57, inciso II, da Lei n  8.666/93, se conveniente e/ou oportuno   Administra o Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DA DISSOLU O DO CONTRATO

Parágrafo  nico - O Contrato poderá ser dissolvido, bastando, para tanto, manifesta o escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias, sem interrup o do curso normal da execu o do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERA O CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - Toda e qualquer altera o deverá ser processada mediante a celebra o de Termo Aditivo, vedada a altera o do objeto, assim, como quaisquer modifica es na destina o ou utiliza o do imóvel.

Parágrafo Segundo - A altera o de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensa o ou penaliza o financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dota es orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebra o de aditamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - O valor do aluguel mensal   de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), com vencimento todo dia 10 de cada mês, o qual poderá ser pago até 10 (dez) dias após vencido, diretamente na conta: _____ agencia: _____ banco _____ e/ou através de cheque nominal ao LOCADOR, ou, ao seu representante legal, previamente indicado, que deverá receber junto   Secretaria Municipal de Fazenda, mediante a assinatura de Recibo.

Parágrafo Segundo - O valor total do contrato   de R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

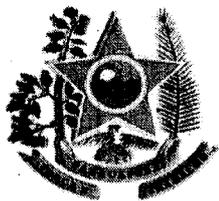
Parágrafo Terceiro - O Contrato cuja a vigência ultrapassar doze meses, poderão ter seus valores referente ao aluguel, anualmente, reajustados por  ndice adotado em lei, através da varia o do  ndice Geral de Preços - IGPM, divulgado pela Funda o Getúlio Vargas, havendo interesse das partes.

Parágrafo Quarto - O LOCATÁRIO reter  o valor do imposto de r nda na fonte, por ocasião do pagamento do aluguel (Lei Complementar 101, Art. 153, Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo Quinto - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dota o orçamentária: Exercício 2014 Atividade 1901.080320011.2.132 Manuten o do conselho tutelar e cria o do conselho tutelar II, Classifica o econ mica 3.3.90.36.00 Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física, Subelemento 3.3.90.36.15, no valor de R\$ 54.000,00.

CLÁUSULA NONA - DA DESTINA O E UTILIZA O DO IMÓVEL

Parágrafo  nico - O imóvel somente poderá ser utilizado pelo Município de Parauapebas, por meio da , para instala o e funcionamento das atividades desenvolvidas pelos Programas desta Secretaria, vedada sua utiliza o para quaisquer outros fins, bem como sua transferência, subloca o, empréstimo ou cessão, a qualquer título, no todo ou em parte.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O LOCATÁRIO FICA OBRIGADO:

Parágrafo Primeiro - a pagar pontualmente por sua conta exclusiva o aluguel, bem como as despesas referentes ao consumo de água, luz, telefone, gás e outras taxas que incidirem sobre o imóvel, ora locado;

Parágrafo Segundo - levar imediatamente ao conhecimento da Locadora o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem com as eventuais turbações de terceiros;

Parágrafo Terceiro - realizar a reparação dos danos verificados no imóvel, provocados por seus agentes;

Parágrafo Quarto - cientificar a Locadora da cobrança de tributos, bem como de qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, Locatário;

Parágrafo Quinto - a permitir a vistoria ou visita do imóvel nas hipóteses previstas na Lei nº 8.245 de 18.10.91;

Parágrafo Sexto - a não ceder ou transferir o presente contrato, parcial ou totalmente, sem o expresso consentimento do LOCADOR.

Parágrafo Sétimo - a zelar e manter o imóvel, ora locado, em perfeitas condições de higiene e limpeza, em perfeito estado de conservação, para assim restituí-lo, exceto com os desgastes decorrentes do uso normal, quando findo ou rescindido este contrato.

Parágrafo Oitavo - somente poderá modificar a forma externa e interna do imóvel, quando no decorrer do contrato houver necessidade de adequação ao uso para o qual é destinado o objeto da locação, mediante prévia e expressa autorização do LOCADOR, devendo a este restituir o referido imóvel no final do contrato, sem prejuízos das condições estruturais em que o recebeu.

Parágrafo Nono - O LOCATÁRIO poderá, mediante autorização do LOCADOR e às custas deste, realizar reparos que a este incumba, cujos valores despendidos serão descontados no pagamento dos aluguéis.

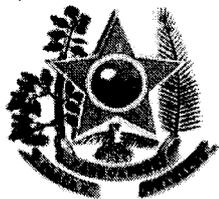
Parágrafo Décimo - Havendo a incorporação ao imóvel de benfeitorias úteis e necessárias estas serão indenizadas ao locatário, através de descontos nos valores dos aluguéis, vedada as benfeitorias voluptuárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

O LOCADOR FICA OBRIGADO:

Parágrafo Primeiro - a fornecer ao Locatário descrição minuciosa do estado do imóvel quando de sua entrega com expressa referência aos eventuais defeitos existentes, respondendo pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

Parágrafo Segundo - a entregar ao Locatário o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, bem como a garantir-lhe, durante a vigência deste Contrato, seu uso pacífico;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



Parágrafo Terceiro - a entregar as certidões negativas referente aos impostos e as taxas, que incidam sobre o imóvel;

Parágrafo Quarto - no caso de venda do imóvel, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou da o em pagamento, o LOCATÁRIO tem preferência para adquirir o imóvel, em igualdade de condi es com terceiros, devendo o Locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante notifica o judicial ou extrajudicial .

Parágrafo Quinto - ocorrendo a desapropria o do imóvel, objeto deste contrato, ficará a presente loca o rescindida, automaticamente, sem direito do LOCATÁRIO de exigir do LOCADOR, qualquer indeniza o ou multa convencionada neste instrumento de loca o, a qual deverá ser cobrada do  rgo ou Poder expropriante.

Parágrafo Sexto - ressarcir o LOCATÁRIO de quaisquer despesas que este efetue não inclusas neste contrato que sejam de sua responsabilidade, notadamente tarifas relativas ao consumo de energia elétrica e água, referentes ao período anterior ao da vigência desta loca o, cujo valor será abatido no aluguel subsequente.

Parágrafo Sétimo - respeitar o prazo contratual em caso de venda do imóvel a terceiros.

Parágrafo Oitavo - a comunicar o Locatário com antecedência, a inten o de venda do imóvel, conforme disposto na Lei n  8.245 de 18.10.91.

CL SULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Se o (a) LOCADOR (A) deixar de cumprir o disposto neste instrumento, ficará sujeita às seguintes san es administrativas, a serem aplicadas alternativa ou cumulativamente:

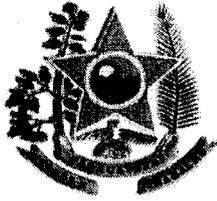
- a) advertência;
- b) multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, por infra o às Cl sulas deste instrumento;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, cumulativa   aplicada em virtude da infra o que motivou a rescisão;
- d) suspensão temporária de participa o em licita o e impedimento de contratar com a Administra o, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declara o de inidoneidade para licitar e contratar com a Administra o Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni o ou até que seja promovida a reabilita o, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Segundo - O LOCATÁRIO arcará com os danos que venham a ser apurados em decorrência da mora no pagamento dos valor da loca o ou qualquer das suas obriga es contratuais.

CL SULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME JURÍDICO CONTRATUAL

Parágrafo  nico - A presente loca o subordina-se as disposi es da Lei n  8.666/93, e da Lei n.  8.245/91 e suas modifica es e altera es posteriores.

CL SULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



O CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

Parágrafo nico - por ato unilateral e escrito da Administra o nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Parágrafo nico - Os débitos do Locador para com o Município de Parauapebas, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dvida Ativa e cobrados mediante execu o na forma da legisla o pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO EXECUTOR DO CONTRATO

Parágrafo nico - A Secretaria Municipal de Assistência Social, designará um gestor para fiscalizar e acompanhar a execu o do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICA O E DO REGISTRO

Parágrafo nico - A eficácia do Contrato fica condicionada  publica o resumida do instrumento pela Administra o, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria - Geral do Município de Parauapebas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Parágrafo nico - Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Parauapebas, Estado do Pará, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem as partes, justas e contratadas quanto o que aqui se estabelece, por si, seus herdeiros e sucessores, assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um são fim, na presença das testemunhas, abaixo arroladas.

PARAUAPEBAS-PA, 26 de Novembro de 2014

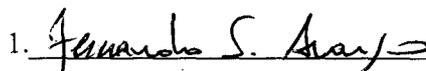

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ(MF) 14.562.056/0001-44
LOCATÁRIO (A)

Leudicy M. de S. Leão
Secretaria Municipal de Assistência Social
Decreto não 004/13



LIDIA DA COSTA MARINHO
CPF 739.091.222-72
LOCADOR (A)

Testemunhas:

1. 

Fernando S. Araujo
Mat. CT - 29252
Fiscal de Contrato

WO

2. 

Morro dos Ventos, Quadra Especial, S/N.
PARAUAPEBAS - PA - CEP 68.515-000

Aline Prudência da Silva
Fiscal de Contrato
DC 320/2013